



A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO/A DOCENTE NEGRO/A:

Reflexões a partir do cotidiano escolar

Janeildo Santos da Silva(1); Emerson Araújo Do Bú(2); Rhyrilly Pâmella Ribeiro da Silva(3)

(1) Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba; (2) Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba; (3) Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

No Brasil, a educação travou diversos embates para consolidar-se como um meio de desenvolvimento institucional e colaborativo da sociedade e, através destes variados processos, o corpo estrutural da educação brasileira tomou diversos rumos. Pode-se citar, dentre estes rumos, a educação voltada para o ensino/aprendizagem das raízes Afro, e, conseqüentemente a formação de docentes negros/as, assunto prioritário neste estudo. Esperou-se, portanto, compreender como no cotidiano do espaço escolar o(a) professor(a) negro(a) vive experiências de racismo, preconceito e discriminação. Por meio de um estudo descritivo/exploratório do tipo relato de experiência, pautado em entrevistas semiestruturadas com profissionais educadores negros e reflexões baseadas na literatura pertinente, fez-se a análise dos dados utilizando-se a metodologia de Análise de Discurso. Destarte, partindo-se do material discursivo analisado, desenvolveu-se uma reflexão sobre o ensino promovido por professores negros que trabalham na cidade de Campina Grande - Paraíba, sob o título “DESVELANDO DESAFIOS DO DOCENTE NEGRO NO HOJE: uma profissão implexa em avaliação”. Conclui-se que faz-se mister refletir sobre tais assuntos para fazer do(a) docente negro(a) um dos atores principais do processo de conscientização/sensibilização dos jovens cidadãos do amanhã, fazendo, desta forma, no hoje, a diferença real em relação as discussões voltadas aos problemas étnico-raciais.

Palavras Chave: Discriminação Étnica Racial; Professor(a) Negro(a); Diversidade na Educação.



INTRODUÇÃO

O trabalho, apreendido a partir das perspectivas teóricas da reflexividade e interatividade, pôde ao longo dos anos ser visto, pelo meio social, de diversas maneiras. De um lado, associava-se aos moldes emancipatórios e produtivos da sociedade. De outro, de maneira pejorativa, em que o ser buscava-o para garantir sua sobrevivência.

Desde a antiguidade, do infante à velhice, direcionava-se a população ao trabalho. Os ciclos sociais agrários, nesse sentido, voltavam-se ao patrocínio da sobrevivência do ser humano (POCHMANN, 2006). Sabe-se, que a manipulação da matéria-prima, no passado, constituía-se como base incondicional das sociedades. Nesse contexto, ressalta-se o lugar do sujeito participativo que, por meio de suas relações sociais de produtividade, definia-se como cidadão, ou seja, afirma-se que sua identidade esteve intimamente relacionada com o papel que desenvolvia.

Pochmann (2006) ao tratar sobre esta temática, diz que, partindo-se do processo de produção, o sujeito controlava as camadas sociais e responsabilidades. A produção e controle do trabalho, assim, com passar do tempo torna-se o meio de permanência e estabilidade social. Neste cenário, era delegado ao artesão o controle de fabricação, assim como sua intensidade. Segundo Canclini (1983), era ele quem articulava o trabalho, produzia e transformava o meio social/cultural, a partir do lugar em que estava estabelecido.

Não obstante, sabe-se que a Revolução Industrial provocou bruscas mudanças culturais, sociais e políticas na sociedade e em suas técnicas de produção, em que a classe proletária precisou sucumbir-se ao serviço das máquinas, perdendo desta forma, sua identidade por meio de cruéis processos de alienação. Marx (1984), nesse sentido, afirma que a Revolução Industrial muda à forma de pensar do sujeito, suas relações com a família e trabalho. Verifica-se isto, uma vez que, o artesão, que trabalhava na produção completa de um artefato, passa a dedicar-se apenas a uma parte do mesmo, modificando-se assim, sua relação com o objeto produzido.

Com a larga escala de produção, imposta pela Revolução Industrial e necessidade de consumo, advém também novas orientações básicas que sustentem a manutenção das camadas sociais. O ensino até então valorizado nas relações entre artesões e aprendizes, passa a ser visto como uma ocupação secundária, ao passo que a produção material torna-se o tônus vital da sociedade.



Destarte, o ensino e suas áreas de atuação ficam subordinadas as necessidades e esfera de produção, pois sua missão passa a ser a de preparar o sujeito para o mercado de trabalho. Este panorama não corresponde à realidade socioeconômica das sociedades de hoje, uma vez que o trabalho docente, apresenta-se distante de ser uma ocupação secundária ou periférica, pois constitui-se uma importante forma de compreender as transformações atuais do trabalho (COSTA, 2002).

Nesse sentido, a docência, nas mais diversas áreas de conhecimento, não implica-se apenas ao desenvolvimento de futuros trabalhadores e construtores de materiais para o consumo, ela abrange, para além das áreas de conhecimento tecnológico, o psíquico dos indivíduos (TARDIF 2003). Ainda, segundo este autor, faz-se necessário “[...]compreender que as pessoas não são um meio ou uma finalidade do trabalho, mas a ‘matéria-prima’ do processo do trabalho[...]”. A docência mostra-se assim, como um dos fatores primordiais para o desenvolvimento das sociedades e, ao mesmo tempo, locomotiva do corpo social.

No Brasil, a educação travou diversos embates para se consolidar como um meio de desenvolvimento institucional e colaborativo da sociedade e, através destes variados processos, o corpo estrutural da educação brasileira tomou diversos rumos. Pode-se citar, dentre estes rumos, a educação voltada para o ensino e aprendizagem das raízes Afro, e, conseqüentemente a formação de docentes negros(as), assunto prioritário neste estudo. Nesse sentido, frente ao panorama apresentado, o presente estudo intui compreender como, no cotidiano do espaço escolar, o(a) professor(a) negro(a) vive experiências de racismo, preconceito e discriminação.

MÉTODO

Trata-se de um estudo com abordagem descritiva/exploratória acerca da prática pedagógica do(a) docente negro(a) no contexto de sala de aula. Para tanto, contou-se com a participação de docentes negros (as), residentes da cidade de Campina Grande – Paraíba.

No que refere-se a escolha dos docentes, fez-se um sorteio dentre as escolas públicas, que oferecem os anos iniciais de ensino da cidade de Campina Grande – PB. Encontrando tal escola, fez-se a apresentação da proposta do presente estudo e, dentre os profissionais que consideravam-se negros, três aceitaram participar da presente pesquisa.

Como ferramenta metodológica para coleta de dados, optou-se pelo relato de experiência. Para Medeiros (1997), o relato de



experiência é a descrição, de maneira mais informal, e sem o rigor exigido na apresentação de resultados de pesquisa, que se incorpora no texto e dá, muitas vezes, mais vida e significado para leitura do que se fosse apenas um texto analítico.

Contudo se faz pertinente esclarecer que esta reflexão está embasada em uma análise de caráter qualitativo, em que aprofunda-se no mundo dos significados, das essências, das relações humanas, das atitudes, das crenças e dos valores (MINAYO, 2007). Sendo pertinente salientar que a fim de possibilitar uma melhor organização das questões levantadas nos relatos coletados, fez-se análises bibliográficas e exploratórias que conforme Gil (1991) tem “como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema”.

Utilizou-se ainda, da entrevista semiestruturada e/ou parcialmente estruturada entendida por Gil (1991) como perguntas elaboradas previamente, mas onde podem ser acrescidas outras, à medida que vai explorando-se o assunto no decorrer do tempo. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Para análise dos dados outrora coletados, utilizou-se a Análise do Discurso segundo os pressupostos ideológicos de Moscovici (2003) e buscou-se compreender as concepções que os sujeitos têm sobre o tema. Ressalta-se que, os dados coletados por meio dos relatos de experiência e entrevistas semiestruturadas foram confrontados com a literatura pertinente, com vistas a apresentar um panorama geral da discussão acerca da prática pedagógica do professor negro e das políticas públicas de ensino voltadas para a educação étnico racial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

DESVELANDO DESAFIOS DO DOCENTE NEGRO NO HOJE: uma profissão implexa em avaliação

Neste tópico, apresentam-se os resultados encontrados a partir de entrevistas semiestruturadas, visando-se expor ao leitor um maior conhecimento do cenário adverso da atuação prática do(a) docente negro(a) no Brasil. De forma geral, evidencia-se nas entrevistas que a realidade da cidade de Campina Grande – Paraíba é permeada de conflitos.

Participaram do presente estudo, no total, duas professoras negras e um professor negro, somando-se, aproximadamente, 18 anos de prática docente no município. Todos com formação superior, seja em Pedagogia ou Licenciatura



em História, atuando nesse período no ensino em escolas públicas e particulares da cidade.

Quando questionados sobre “O que é ser professor(a)?”, as respostas permearam desde a participação como docente no processo de Ensino-Aprendizagem como um facilitador, detentores do papel de formação cidadã e para a dignidade humana do alunado, até sobre o ser responsável por experienciar os problemas da sociedade brasileira.

Enquanto desafios e limitações que são enfrentados na prática profissional, disseram ser evidente que há descaso com a educação, algo que pode ser expresso por carência de recursos pedagógicos, indisciplina dos alunos, baixos salários, desvalorização profissional, falta de incentivos e presença, cada vez mais forte, da violência dentro das escolas.

Um dos docentes entrevistados vivenciou, durante a sua graduação, experiências de preconceito, racismo e/ou discriminação por ser negro(a). Todos eles, entretanto, em sua prática docente, no cotidiano de sala de aula, já vivenciaram experiências de racismo e/ou preconceito.

Cada vez mais se observa que nem mesmo o ambiente escolar está, de fato, preparado para tratar de questões raciais, uma vez que a discriminação racial e a apologia à diferença se faz presente, especialmente entre funcionários e pares docentes. Já é esclarecido que a escola é o *locus* de observação do racismo real mais comum dentro da sociedade humana.

Verificou-se a partir do conteúdo coletado que o preconceito é desvelado entre docentes/docentes, docentes/estudantes e estudantes/estudantes cotidianamente dentro da escola. Existe uma forte crença da população acerca da “naturalização de que o diferente é desigual” (SILVA, 2012), o que pode favorecer episódios de preconceito e discriminação.

Especialmente entre docentes/docentes há maior tensão no conflito, envolvendo a diferenciação entre cor da pele e qualidade de caráter. O relato de Silva (2012) evidencia que existe um hábito de julgar o professor negro, quando competente, como “quase branco”; ou, aquele que direciona a fala ao professor negro afirma que consegue vê-lo como alguém de pele branca.

Todos os docentes negros que escolheram participar deste estudo afirmaram já ter vivenciado preconceitos e discriminações raciais nas relações docentes/docentes, docentes/estudantes e estudantes/estudantes no cotidiano escolar.

Ao serem questionados sobre isso, um dos professores afirmou que:

“Se tratando disso, me recordo bem de duas situações. A primeira delas aconteceu em turma de crianças de 6 aos de idade. Um dia duas meninas, uma branca e uma



negra, se desentenderam dentro da sala. No fim da discussão a branca falou:

- Também eu não gosto mesmo de criança da sua cor!

Quando fui intervir e conversar com a menina, questionei se ela gostava de mim e ela disse que sim. Então eu disse pra ela: mas eu sou preta, e a resposta dela foi:

- Mas eu te imagino branca.

Então eu disse que ela não me imaginasse branca, porque sou muito feliz com a minha cor (...).

Outra situação foi quando a mãe de uma aluna, de uma turma de 4º ano, me disse que não entendia como a menina gostava de mim, porque ela não gostava de negros e era encantada com a professora do ano anterior, que era loira de olhos verdes” (Docente 1).

Ainda, referente ao preconceito, racismo e discriminação entre docente/docente, obteve-se o seguinte relato:

“Em relação aos meus colegas de profissão sempre foram coisas mais veladas e em tom de brincadeira. Como quando decidi deixar de alisar os cabelos e cortei para que crescesse crespo, teve uma pessoa dentro da escola que me disse que eu estava linda com os cabelos pixaim. Falou como brincadeira, mas esse é o tipo de discurso racista que encontramos sempre.

Em outra situação, uma outra profissional da escola, falando de uma professora da rede que havia sido transferida de escola, disse que era uma grande perda para a escola, pois era uma professora excelente e terminou com a frase:

-Pense numa negra de sangue de branco!

Me choquei com isso, rebati perguntando se a competência dela era medida pela possibilidade de ter sangue branco, ou qual é de fato a diferença entre sangue branco e sangue negro. E disse que a professora certamente é competente porque é, e isso não significa que nela haja nenhuma característica dos brancos” (Docente 2).

Para além do pensamento preconceituoso, entende-se, neste contexto que é importante indagar-se sobre até que ponto o magistério está proporcionando, na escola, reflexão sobre a diferença. O cenário atual aponta para a necessidade de formação de um professor capacitado para posicionamento crítico perante tais reflexões (PINTO, 1999). Nesse sentido, o professor deve estar voltado para instrumentalização e compreensão das diferenças étnicas, e esclarecimento de que esta é determinada socialmente.

Foi-se o tempo onde o mero domínio de conteúdos para a escolarização ou “uma melhor formação” era suficiente, assumindo-se ainda mais a precisão de dominar metodologias que possibilitem o melhor aproveitamento do aluno (GOMES, 2003).

Destarte, quando se estuda a diversidade étnico-racial e se promove, sobre ela, reflexões, é irresponsável pensar que o ambiente escolar é o único privilegiado para tanto, e que o professor é o único responsável pela educação. Assume-se hoje a horizontalidade no aprender, em que a pro-atividade e interesse pessoal do alunado também é determinante para



o sucesso do processo educação-aprendizagem (GOMES, 2003).

Assim sendo, a dimensão sociológica não deve estar apartada da questão étnico-racial na formação superior. Infelizmente, sabe-se que a formação em Pedagogia ainda não possui, previsto em sua grade de disciplinas, as temáticas raciais; ou se o possui, os impactos positivos desta formação só serão observados na próxima década (SILVA, 2012).

Quanto a isto, observa-se uma avançada ideologia e paradigma de conversão do ambiente escolar em dispositivo social para incentivar a reflexão, valorização e respeito às temáticas étnico raciais nos Estados Unidos da América e parte da Europa. Este é um resultado positivo, alcançado a partir da edificação destas questões que acontece à pelo menos um século, buscando-se a sensibilização da população, de profissionais e de gestores (ROMÃO, 2005).

Referente ao arcabouço legal, a políticas públicas atuais e voltadas para a questão étnico racial na educação brasileira, se faz pertinente destacar as Leis Nº 10639 de 2003 e Nº 11645 de 2008, abordando especialmente temas relativos ao preconceito na educação. Embora não cite-se a educação primária de forma explícita, é um texto que se aplica a cenários semelhantes, portanto, passível de reflexão neste contexto.

Para além daquilo que é previsto em legislação faz-se necessário valorizar e reconhecer a identidade negra de docentes, estudantes e outros não inseridos no contexto escolar. Para isso, o docente deve ser capaz de promover uma compreensão aprofundada do processo de construção da sociedade e cultura do Brasil (SILVA, 2012).

Textos evidenciam que as políticas públicas para educação e relevância de questões étnico-raciais têm força e, desde sua publicação existe preocupação em implementá-las, todavia, o que observa-se nas pesquisas é o posicionamento distante de docentes referente a estas questões.

Também, entre os resultados do presente estudo, configura-se a concordância de que as políticas públicas voltadas para a educação étnico racial, contribuem para o combate ao preconceito racial, embora que de modo preliminar, segundo os professores entrevistados.

No que tange ao preconceito a eles direcionado, os professores entrevistados afirmaram que, quando existe, acontece de forma velada, tendo em vista que configura-se como crime de injúria qualificada decorrente de racismo, e é prevista pena de reclusão, de 1 a 3 anos e multa. Tal crime é previsto no texto alterado do Código Penal Brasileiro, no artigo nº 140, § 3º, trazido pela Lei nº 9.459/97, e diz respeito à injúria preconceituosa pelos elementos de raça, cor, etnia, religião e origem, sendo esta modalidade de



injúria qualificada. Esta Lei acrescentou um tipo qualificado ao delito de injúria.

Estudiosos tratam de comportamentos humanos observados em situações de desconforto, conflitos e embates dentro da temática étnico racial, abordando dois fenômenos importantes e não exclusivos neste cenário: o “silenciamento” e o “distanciamento”.

Em uma situação onde dois discordam sobre questões de raças e etnias, o “silenciamento” é evidência do comodismo e resistência daquele que ouve à cultura negra. O “distanciamento” é observado naqueles que apenas presenciam o embate, e o fazem para afastar-se de discussões que interferem na maneira de experimentar e vivenciar o mundo, evitando a reflexão comprometido da questão (CAVALLEIRO, 2007; SILVA, 2012).

Silva (2012), em seu estudo, ao abordar as vivências de professores negros na educação infantil, afirma que é necessário rever as relações de gênero e raça nos espaços escolares, destinando a elas um tratamento não estigmatizado e voltado para a realidade local. Ainda, o autor denuncia, em seu relato, a falta de recursos para o desenvolvimento de atividades que enfoquem questões raciais, a exemplo da Semana da Consciência Negra, um feriado instituído em âmbito nacional mediante a Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011.

Em sua experiência, a escola parece despir-se da responsabilidade de promover reflexão sobre a inserção do negro na cultura brasileira, ao passo em que deposita no professor, frequentemente no professor negro, seu desenvolver, determinando assim um evento pontual e desimportante no calendário escolar.

Para tanto, Pinto (1999), apresenta soluções, iniciativas e propostas que, a despeito dos quase 20 anos desde a publicação de sua obra, permanecem ideais e constituem-se, ainda, como obstáculos atuais a serem superados: deve-se buscar a modificação no conteúdo curricular da educação brasileira a fim de incorporar a contribuição de outros grupos culturais e classes sociais, devendo ser abordados em diferentes disciplinas; espera-se a introdução de conteúdos específicos que combatam preconceitos; e investir na formação de professores capazes de adotar metodologias que garantam o sucesso dos alunos, independentemente de suas origens e/ou classes.

Questionados sobre o que acreditavam que poderia ser feito para a implementação efetiva das políticas públicas de educação étnico racial em Campina Grande (PB), os docentes disseram ser imprescindível garantir suporte material, tecnológico e pedagógico para o trabalho com as políticas de valorização e respeito às questões étnico-raciais.

Referente a isto, obteve-se o seguinte depoimento:



“Por exemplo, sempre sinto falta de um dicionário de verbetes afro para trabalhar com os alunos, de livros paradidáticos que falem diretamente das expressões culturais afrodescendentes.

É necessário também que se discuta amplamente essa política dentro das escolas, primeiro com a equipe escolar, depois com as crianças” (Docente 1).

Ainda sobre a implementação efetiva das políticas públicas de educação étnico racial em Campina Grande (PB), observou-se preocupação com o cumprimento das responsabilidades governamentais e a necessidade de dialogar com familiares e alunado sobre a existência de tais políticas e como elas se concretizam no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o(a) docente negro(a), possui a árdua tarefa de sobrepor-se a sua formação e promover educação e aprendizagem entre alunos em um ambiente hostil e desafiador. Percebe-se que várias normas estão relacionadas à educação, não obstante, políticas públicas referentes a esta área são recentes, portanto pouco conhecidas e exploradas por profissionais, alunos, familiares e gestores. Neste sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de ações para divulgar e sensibilizar todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem sobre tais políticas, objetivando combater o desconhecimento, discriminação e preconceito contra docentes e/ou estudantes negros(as).

Mostra-se como de fundamental importância que o profissional docente conheça, de modo aprofundado, o enraizamento cultural dos problemas discutidos ao longo deste estudo, percebendo-se a edificação de uma educação brasileira que se desconstrói e (re)constrói, na busca por um entendimento sobre um problema tão contemporâneo e tão antigo.

Faz-se mister ainda, refletir sobre tais assuntos para fazer do(a) docente negro(a) um dos atores principais do processo de conscientização/sensibilização dos jovens cidadãos do amanhã, fazendo, desta forma, no hoje, a diferença real em relação as discussões voltadas aos problemas étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

BELLO JLP. **Educação no Brasil: a História das rupturas. Pedagogia em Foco.** Rio de Janeiro; 2001.

BITTAR, M; BITTAR, M. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo dedemocratização da sociedade. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, Julho-Dezembro, 2012.

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



- BRASIL. **Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000-2015.** 2014.
- CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CAVALLEIRO, E. S. (Orgs.). **Racismo e antirracismo na Educação:** Repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.
- DREIFUSS, R. A. 1964: **A Conquista do Estado.** Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. Atlas, p. 46 – 58, 1991.
- GOMES, N. L. Educação, Identidade negra e formação de Professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.
- LACERDA, E. P.; LIMA, W. S. **Supervisão Escolar:** perspectivas de ação face ao processo de avaliação da aprendizagem. 2010.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Vol. I, Tomo II. São, Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MEDEIROS, J. B. **Redação Científica:** a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa Social:** teoria, métodos e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MOSCOVICI, S. 2003. **Representações Sociais:** investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes.
- PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos:** Contribuição à História da Educação Brasileira. São Paulo, Edições Loyola, 1973.
- PINTO, R. P. Diferenças Étnico-Raciais e Formação do Professor. **Cadernos de Pesquisa**, nº 108, novembro 1999.
- POCHMANN, M. **Desempregados do Brasil.** In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.
- RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, Julho 1993.
- ROMÃO, J. (Org.) **História da Educação do Negro e outras histórias/Organização.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- STAMATTO, M.M.D, SUCUPIRA, M.I (orgs). **O Livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino.** Natal: EDUFRN, 2007.



COPRECIS
CONGRESSO NACIONAL DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 17ª Ed. São Paulo: Autores associados, 2005.

SILVA, C. R. Vivências se um professor negro na educação infantil. **Revista África e Africanidades**, v. 4, n. 16 e 17, fevereiro de 2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. (3. ed.) Petrópolis: Vozes, 2003.